

EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NA CORTE IMPERIAL: A TRAJETÓRIA DE ANTONIO ESTEVÃO DA COSTA E CUNHA

Beatriz Rietmann da Costa e Cunha
Universidade Federal Fluminense/ PosEduc - UFF
beatrizccunha@oi.com.br

Palavras-chave: *História da profissão docente - trajetória - produção intelectual*

O interesse em pesquisar a trajetória e a obra do professor público primário Antonio Estevão da Costa e Cunha é mobilizado pela perspectiva teórico-metodológica de que não é possível escrever a história da educação sem compreender as efetivas condições daqueles que a pensaram e a construíram num dado momento e espaço que, no caso deste trabalho, trata-se da Corte, nas últimas décadas do século XIX.

Aqui, o sentido conferido à trajetória deve ser entendido não como caminho ou percurso já dado ao sujeito, e sua vida, como um mero desenrolar de acontecimentos. Contrariando essa percepção, a idéia de trajetória pressupõe a compreensão de que tanto o sujeito quanto o lugar que ele ocupa são múltiplos e só existem em relação um com o outro, não podendo, por isso, ser tomados como elementos separados de uma mesma operação. Assim sendo, resgatar a história de uma vida considerando a noção de experiência “significa pensar que os sujeitos se constituem por meio de experiências diversas, condicionadas pelo lugar social que ocupam”. (CHAMON, 2006, p.170)

Com as contribuições da micro-história, investigar a história levando em conta o indivíduo e suas experiências, como escala de observação, significa fazer emergir aquilo que uma análise social mais ampla não possibilita, que são as estratégias desenvolvidas pelos sujeitos a partir de suas experiências individuais e de grupo. Como nos adverte Jacques Revel (1998), a escolha do individual não se contrapõe ao social, contudo:

Deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular - de um homem, de um grupo de homens - e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a medida das relações nas quais ele se inscreveu. (p.21)

Nascido em 9 de setembro de 1839, no Rio de Janeiro, filho de Antonio Severino da Costa e de Joana Luiza de Sá¹, Antonio Estevão pertencia a uma família de funcionários públicos², principalmente professores de instrução primária, como seu pai e seus irmãos, Eudóxia Brazília da Costa e Jorge Roberto da Costa³. Tal condição sugere a reprodução do ofício em família, o que não constituía fato raro àquela época. Outros exemplos são as famílias dos professores Manuel Frazão e João Rodrigues Jordão, em que vários membros dedicavam-se ao ensino. Muitas vezes, essa reprodução se dava no interior das próprias escolas, por meio da nomeação dos filhos de professores como adjuntos.

Na maioria dos casos, a formação docente se dava pela prática. Sobre esse modelo de formação, afirma Alessandra Schueler (2002) que:

(...) resultava, não raro, em um estímulo para que se reafirmasse a reprodução endógena do ofício de mestre-escola, pois, ao que tudo indica, havia uma tendência de transmissão dos saberes e práticas da profissão

docente dos pais aos filhos e/ou sobrinhos e agregados - e dos professores catedráticos das escolas para os adjuntos, muitas vezes, estes próprios, filhos e parentes dos efetivos. (p.211)

Da mesma forma, eram comuns os colégios familiares, como o colégio dos Amorim Carvalho, cujo proprietário era professor público na freguesia da Glória ou o Colégio Andrade, para meninas, de propriedade da professora Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e dirigido por sua mãe⁴ e ainda, o Colégio Pinheiro que, conforme anúncio publicado no Almanak Laemmert, em 1875, era conduzido pelo professor José Rodrigues de Azevedo e seu filho, responsáveis também pelas aulas de Matemática e Geografia, enquanto “a classe dos analphabetos está a cargo da senhora e filhas do Director”.

Antonio Estevão da Costa e Cunha circulou por vários campos disciplinares, pois, além de dedicar-se ao ensino por mais de vinte e cinco anos, foi também farmacêutico, gramático, filólogo e jornalista. Formado em Farmácia (Ciências Naturais), pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁵, consta como professor na Escola de Humanidades e Ciências Farmacêuticas, destinada à instrução secundária, criada por iniciativa do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro⁶, onde Antonio Estevão, em 1875, integrou uma comissão científica de física e mineralogia.

Segundo seus estatutos, uma das finalidades desse Instituto era a organização de um corpo de praticantes de farmácia, facilitando-lhes os estudos preparatórios exigidos para o curso de Farmácia nas faculdades de Medicina. Com este objetivo, o Instituto patrocinou a nova escola contando com uma subvenção anual do Governo Imperial, além de seus próprios recursos. (Relatório do Ministro do Império, 1875, p.18)

Inaugurada no dia 15 de maio de 1874, a Escola estabelecia em seu regulamento as disciplinas que constituíam o curso de Ciências Farmacêuticas, ministradas por farmacêuticos, dentre os quais figurava Antônio Estevão da Costa e Cunha como professor das cadeiras de mineralogia e geologia. Apesar da gratuidade, tudo indica que o referido curso não foi implementado, visto que, dois anos depois, em março de 1876, quando D. Pedro II visitou o Instituto Farmacêutico, o curso de Humanidades se encontrava em seu terceiro ano de funcionamento, enquanto as aulas do curso de Ciências Farmacêuticas não haviam sequer iniciado, segundo notícias veiculadas pela *Tribuna Pharmaceutica*, periódico desse mesmo Instituto.

Enquanto professor primário, atento às deficiências na formação do magistério, participou da criação da Escola Normal do Município da Corte, da qual foi secretário e professor de Gramática Analítica e onde também trabalhou seu pai, Antonio Severino, lecionando Música. Há o registro de que ela foi fundada em 25 de março de 1874, por iniciativa de Costa e Cunha e de Augusto Candido Xavier Cony os quais, reunidos a outros professores públicos, convidaram o Conselheiro Manoel Francisco Correa para ser o diretor do estabelecimento⁷, criado com a precípua finalidade estabelecida no art. 1º de suas Instruções:

A Escola Normal, fundada por alguns professores do Município da Corte e pelos cidadãos que quiserem coadjuvâ-los, tem por fim dar, em um curso pedagógico particular, autorizado pelo Governo, o ensino teórico e prático indispensável às pessoas que se destinam ao magistério de instrução primária. (Instruções para a Escola Normal, 1874)

A Escola funcionaria à noite, gratuitamente, para alunos de ambos os sexos e sem distinção de nacionalidade, bem como os professores prestariam seus serviços graciosamente. Estava previsto que, tão logo houvesse fundos, a instituição manteria escolas primárias diurnas, uma para cada sexo – escolas de aplicação -, que serviriam de “norma e patrocínio

aos alunos - mestres”. Interessante observar como a preocupação acerca da fragilidade da formação docente está expressa em outra disposição:

Se algum dos atuais professores públicos catedráticos do município da corte, de um ou outro sexo, quizerem freqüentar os cursos da Escola Normal ou algumas de suas aulas, terão assento em lugar especial, ao lado da mesa do professor.(Instruções para a Escola Normal,1874)

Entretanto, esta iniciativa dos professores públicos teve existência efêmera, apesar do apoio recebido pelo governo imperial, que a ela destinou verbas e disponibilizou local para sua instalação, pois só a freqüentaram até o fim do ano letivo quarenta e sete alunos.(Relatório do Ministro do Império, 1875, p.18)

Em 1877, a imprensa noticiava a inauguração de um curso pedagógico, fundado pelos professores e funcionando na terceira escola da freguesia do Sacramento, com o objetivo de “preparar candidatos ao magistério primário e principalmente habilitar alunos-mestres para a escola normal oficial a inaugurar-se em 1878”⁸

Compartilhada pelo governo, a preocupação com a formação docente levou à criação de duas Escolas Normais, uma para professores e outra, para professoras que, de acordo com o ministro, era uma necessidade “indeclinável” no município da Corte⁹:

Sem desconhecer os serviços que presta á instrucção publica o professorado primario constituído nos termos do Regulamento de 17 de fevereiro de 1854, parece-me fora de duvida que lhe faltam alguns elementos de instrucção, e certa educação pedagógica, que se não adquire senão em um curso regular e methodico e ensino theorico e pratico. (Relatório do Ministro do Império, 1877, p. 40)

Costa e Cunha também foi professor da Escola Industrial, onde ministrava aulas de gramática, filologia e composição portuguesa. Fundada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em 9 de setembro de 1872, destinava-se ao ensino noturno e gratuito, franqueado a estrangeiros (Almanak Laemmert, 1873, p.352).

Contudo é na instrução pública que este professor vai marcar a sua trajetória profissional, tendo exercido o magistério primário em várias freguesias da Corte. Em 1867, sua primeira nomeação, como professor da segunda escola pública de meninos da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador¹⁰, e depois, da freguesia de Sant’Anna, do Sacramento, do Engenho Velho, num dos chamados “palácios escolares”¹¹ e, a partir de 1882, volta à freguesia da Ilha do Governador, onde permaneceu até seu jubileamento, já na República, através de decreto de 30/09/1890.

É possível que esse movimento pelas escolas das várias freguesias tenha propiciado a Antonio Estevão, além de uma experiência concreta no magistério, conhecimento e subsídios importantes sobre a realidade e as limitações do ensino público no Município da Corte. Questões que surgiam na discussão posta nas últimas décadas do Império, sobre a importância da instrução pública, no Rio de Janeiro, onde “advogados, médicos, professores e professoras, literatos, políticos, discutiam as questões sobre a necessidade de educar as crianças no Parlamento, na imprensa, nas Conferências públicas e nas suas Sociedades e Associações”.(SCHUELER, 2002, p.33)

Além da docência, Costa e Cunha marcou presença nos debates, conseguindo conquistar outros espaços no interior do campo educacional. Publicou artigos na revista pedagógica *A Escola* (1887-1878) e atuou como articulista e co-redator no periódico semanal *A Instrução Pública*¹², criado em 1872, onde questionou, entre outros aspectos, a transposição para o Brasil de modelos pedagógicos estrangeiros, desvinculados de nossa realidade:

(...) mas, pelo amor de Deus, não transplantemos para nossa terra vegetais exóticos que não medrem no nosso solo, nem frutifiquem nosso cáldido clima! (...) Nada de leis peregrinas, nada de regulamentos feitos para os povos de uso e costumes diversos e copiados por quem quer mostrar erudição naquilo de que nada entende!¹³

Em defesa dos professores primários, Antonio Estevão chamava atenção para a distância existente entre a legislação versando sobre o ensino e a prática docente efetiva, eximindo de culpa os professores pelo estado da instrução primária em nosso país.

Os professores ou pelo menos alguns dentre eles fazem o que devem e mais do que podem, mas por mais estudiosos, aplicados e laboriosos que sejam estes ou aqueles, envolvidos como se acham, por leis e regulamentos organizados por quem nunca penetrou numa escola (...) obrigados a ensinar programas de horas matematicamente reguladas e por métodos engendrados por quem não tem a necessária prática; assim coagidos, podem esses servidores da nação fazerem mais?¹⁴

Prossegue, ainda, sugerindo prudência aos jornais nas críticas aos professores, porque ‘o governo não querendo atribuir para si e seus predecessores a incúria do ensino público, joga a culpa nos professores, eles são os “bodes expiatórios”’.¹⁵ Em outro artigo, na revista *A Escola*, pede apoio para os docentes e para a reforma no ensino primário, dirigindo-se ao então Ministro do Império Conselheiro Costa Pinto e ao Barão Homem de Mello, Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária: “Acaso consentireis que o humilde professor primário, que nada póde, que nada tem, que nada sabe, continue a ser o único ente que nesta terra se ocupe do ensino e por elle se esfalfe e se mortifique?”¹⁶

Provavelmente a discordância com o tom da *Instrução Pública*, mais próxima da política oficial do período¹⁷, bem como o envolvimento na disputa pela representação do professorado público, através da imprensa docente¹⁸, tenha levado o professor Antonio Estevão, em fins de 1873, junto com Augusto Candido Xavier Cony, seu companheiro de ofício, a dirigir e editar a revista pedagógica *Instrucção Nacional*.

No prefácio ao primeiro número, Costa e Cunha apresenta a linha editorial do periódico que se propõe ser uma alternativa à imprensa pedagógica feita até então, tratando de todos os assuntos relativos à instrução e educação do povo brasileiro, e a “advogar” os direitos dos professores públicos, não só da Corte, mas de todo o Império. Critica as publicações existentes que, com referência à instrução pública, visam mais particularmente tecer-lhe elogios do que apontar os meios efetivos de desenvolvê-la. Assim, de acordo com o professor Antonio Estevão:

(...) A *Instrucção Nacional* propõe-se a preencher aquella lacuna, estudando e discutindo os múltiplos assumptos concernentes a magna aspiração nacional de regenerar moralmente o povo brasileiro, não descurando também o cultivo da arte de ensinar.

(...) Por um tal beneficio, é que aneia o nosso ensino popular, cansado como anda e farto, de tanto palavriado sonoro sempre e não poucas vezes baldio. O que nos convém agora é um pouco mais de pratica e algum tanto menos de phantasia, *un peu plus de sens et un peu moin de songe...*¹⁹

Também as *Conferências Pedagógicas*²⁰, reuniões dos professores públicos primários da Corte, sob a presidência do Inspetor Geral e com a presença do Ministro dos Negócios do Império e, algumas vezes do Imperador, foram alvo de críticas do professor Antonio Estevão

da Costa e Cunha. Num outro jornal pedagógico, *A Verdadeira Instrução Pública*, dirigido pelo professor Manoel José Pereira Frazão, que havia começado a circular em 1872, Costa e Cunha denunciava o funcionamento e a insuficiência de três dias para as discussões, e o tempo entre a divulgação dos pontos das Conferências e a realização das mesmas.²¹

Na primeira delas, tratou especialmente de um dos pontos previstos para discussão, que era a conveniência ou não da instituição das escolas mistas na instrução primária. O professor reconhecia as vantagens reais da co-educação, que tinha, nos Estados Unidos, àquela época, uma experiência de meio século; não hesitando em atribuir a isso, em grande parte, o progresso da instrução popular naquele país. Entretanto, julgava-a inaplicável no Brasil, pelas seguintes razões:

Porque a inovação encontraria no povo uma forte oposição; em segundo lugar, por causa da corrupção de um grande número de meninos, mesmo jovens, em consequência dos vícios da educação e de maus exemplos, coisa conhecida de todos os institutores e institutoras; e enfim, porque a população é muito pouco homogênea. (ALMEIDA, 1989, p.152)

A título de ensaio, Costa e Cunha aconselhara que se admitissem nas escolas de meninas, os meninos de sete a dez anos e que, passada esta idade, fossem enviados à escola de meninos mais vizinha de seu domicílio.²² Mais tarde, segundo ele, quando a educação pública e os costumes reconhecessem a conveniência de aumentar o número de escolas mistas, poder-se-iam admitir os meninos até a idade de doze a treze anos.

De 1874 a 1883, Antônio Estevão produziu numerosa bibliografia, constando principalmente de manuais e compêndios de gramática da língua portuguesa, inserida no bojo da expansão e difusão do mercado editorial de livros didáticos de autores brasileiros que se processava na segunda metade do século XIX.²³ Essa expansão acompanharia o incremento das instituições públicas e privadas de ensino no período, bem como refletiria as mudanças nos padrões de modernização. Colocando em pauta o ensino, tais mudanças geraram um movimento que, entre outros, propiciou a emergência de uma imprensa especializada em educação com a criação de periódicos destinados ao tema e, também, palestras como as Conferências Pedagógicas.

O quadro a seguir ilustra a produção bibliográfica deste professor²⁴, de acordo com o dicionário Sacramento Blake:

<i>Novo methodo theorico-pratico de analyse syntatica</i> . Rio de Janeiro: Livraria Clássica, 1874.
<i>História sagrada do Antigo e Novo Testamento</i> . Rio de Janeiro: Serafim José Alves Editor, 1876. ²⁵
<i>Nova selecta dos auctores classicos</i> : Bernardes, Frei Luiz De Souza, Rodrigues Lobo, Luiz de Camões, seguida do programa para os exames de preparatórios, Rio de Janeiro: Serafim José Alves Editor, 1877. ²⁶
<i>Memória sobre as escolas normaes</i> . Rio de Janeiro: s.ed., 1878.
<i>Segundo livro ou colleção de leituras graduadas</i> pelos professores Januário dos Santos Sabino e Antonio Estevam da Costa e Cunha. Rio de Janeiro, 1879. ²⁷
<i>Grammatica elementar portuguesa</i> , adaptada do ensino das escolas de instrução primária, quer dos menores, quer dos adultos, e bem assim dos Collégios, Liceos, escolas Normaes e aulas preparatórias. Rio de Janeiro; s. ed. 1880.
<i>Primeiro livro ou expositor da língua materna</i> , pelos professores Januário dos Santos Sabino e Antonio E. da Costa e Cunha, adoptado pelo governo para uso das escolas primárias da Corte, 2ª ed., 1883.

<i>Manual do examinando de Português</i> - repertorio philologico grammatical e litterario da língua materna. Paris: Typographia Pillet e Demoulin, 1883.
<i>Viagem de um parisiense ao Brasil: estudo e crítica dos costumes</i> , por Mad. Toussaint Simon. Tradução anotada. Rio de Janeiro, s. ed.,1883. ²⁸
Princípios de grammatica histórica-comparativa. Rio de Janeiro, s. ed.,1883.
<i>Themas e raízes: these ao concurso à cadeira de Português do 2º ao 5º ano do internato do Imperial Colégio Pedro II</i> . Rio de Janeiro, 1883, 54 pp.

O prefácio à segunda edição de 1876, do “*Novo methodo theorico-pratico de analyse syntatica*” é sugestivo de como a sua produção bibliográfica circulou na Corte, os espaços em que os livros eram adotados, revelando aceitação e crédito por parte do governo imperial. De acordo com suas palavras:

[...] só acrescentarei que esta obrinha mereceu a aprovação do Conselho Director da Instrucção Publica, e por ordem do Governo Imperial foi adoptada no Collegio de Pedro II e nas escolas publicas do município da Corte, sendo também espontaneamente admittida em diversos collegios pelos seus respectivos directores.

Desejando corresponder a esta aceitação dada ao meu pequeno trabalho, procurarei tornar esta nova edição mais aperfeiçoada e correcta, dando-lhe o desenvolvimento que julguei necessário sem mudar o plano geral da obra. (COSTA E CUNHA, 1876).

Com efeito, em officio de 07 de junho de 1882, Francisco Pinto Monteiro, professor adjunto no Asylo de Meninos Desvalidos, solicita ao Inspetor da Instrucção Pública os livros necessários para a aula de primeiras letras, em que consta, entre outros, a necessidade de 100 volumes da citada obra de Antonio Estevão. No mesmo documento, o despacho do Inspetor em 16 de junho de 1882, onde se lê: “forneçam as obras pedidas em 07 de junho”.²⁹

Outro fato que marcou a trajetória e conferiu visibilidade ao professor Antonio Estevão foi sua iniciativa para a criação de bibliotecas nas escolas públicas. Conforme noticiado pela imprensa:

O professor Antonio Estevam da Costa e Cunha foi autorizado pelo governo imperial a promover no paiz a fundação de bibliothecas e caixas escolares, estabelecimentos estes que tantos serviços tem prestado á instrucção publica, nos paizes onde já funcçionam.³⁰

A fim de levar a cabo esse projeto, Costa e Cunha publicou um apelo aos seus companheiros de imprensa, do ensino em geral, aos amigos da Corte e das províncias, no sentido de

que se dignem auxiliá-lo no seu *desideratum* de instituir a biblioteca e a caixa escolar, para cuja fundação se acha autorizado pelo Governo Imperial. Quando não seja possível ou não queiram auxiliá-lo directamente, pede-lhes ao menos que promovam eguaes instituições nas localidades em que residem e que tomará essas iniciativas como um auxilio moral á sua idea.³¹

Atendendo a essa solicitação, vários números da revista *A Escola* trazem ofertas e doações de livros endereçadas à biblioteca escolar da freguesia do Sacramento, organizada pelo professor, quase sempre acompanhadas de cartas de apoio, como a do Dr. Tobias Leite, diretor do Instituto de Surdos-Mudos, reconhecendo “a obra meritória que V. emprehendeu - a fundação de bibliotecas escolares”.³² Em matéria transcrita do *Jornal de Aracaju*, Antonio

Estevão é chamado de “Pestalozzi brasileiro”,³³ enquanto a *Gazeta de Notícias* elogia e felicita a iniciativa “pelo interesse que revela pelo desempenho dos deveres a seu cargo”.³⁴ Em resposta, o professor “agradece os louvores, mas diz que não é o iniciador das caixas escolares, e apenas um mero agente propagandista da idéia”, atribuindo a iniciativa ao Ministro do Império.³⁵

A referida autorização está relacionada à anuência do Governo imperial, em resposta ao requerimento efetuado por Costa e Cunha, pela qual lhe seria permitido ampliar o programa de ensino de sua escola, lecionando todas as matérias que julgasse necessárias a uma instrução primária completa. Do mesmo modo, teria liberdade para empregar os métodos pedagógicos e o material didático que desejasse, além de “anexar a sua escola uma biblioteca franqueada às pessoas interessadas no ensino público”.³⁶

Embora essa prerrogativa concedida ao professor não constituísse caso isolado³⁷, ela aponta para a construção de redes de sociabilidades que podem ter viabilizado certo trânsito junto ao governo³⁸, o que pode ser aferido num episódio que envolveu o professor e o Conselho Diretor da Instrução Pública. Diante da recusa renitente de Costa e Cunha em lecionar no turno da tarde, o Conselho foi convocado para discutir seu procedimento e as punições cabíveis. Em ofício ao Delegado Dr. Fernando Pires Ferreira, o professor apresentou suas razões:

Participo a V. E^a que desta data em diante não dou mais aula á tarde, responsabilizando-me por todas as conseqüências deste meu acto. Alguns dias de experiência foram bastantes para se reconhecer toda a inconveniência, sem razão e imoralidade até que resultam de uma tal medida; factos nunca reproduzidos nesta eschola e suas inmediações, tropelias de meninos na rua, conflictos com alunos de outras escholas e collegios, reunião com garotos e capoeiras para fazerem assuada na porta dos vizinhos e até na da própria eschola e, finalmente, ainda hoje fui arrancar um pequeno de sob um *bond* e se não é a coincidência de eu vir entrando para a eschola (1 ½ da tarde) creio que teríamos a esta hora de lamentar a sua morte. Que gloria para a Instrução publica, que proveito para o ensino, os comentários da imprensa e do publico, se eu tivesse de mandar chamar um pae para levar o cadáver do filho para casa. Não continuo pois, a dar aula á tarde, são seis as horas de trabalho lectivo que o regulamento me determina; darei portanto, seis horas de licções seguidamente, com os intervalos precisos para descanso e para qualquer refeição que as creanças queiram fazer.³⁹

Face à decisão do Conselho de propor sua demissão, Costa e Cunha, em sua defesa, alega ter autorização do Ministério do Império para dar aula em um só período, apresentando como prova o referido ofício em que a Regente Princesa Isabel atende às suas solicitações. O Conselho decide remeter, então, toda a documentação ao Ministro para que ele resolva a questão que, suponho tenha sido favorável ao professor, pois não localizei nos códices seguintes nenhuma decisão contrária.

Esse episódio nos possibilita pensar nos professores públicos primários como sujeitos ativos, e mesmo, centrais nesse processo de construção das práticas pedagógicas escolares. De acordo com Schueler (2002), o domínio e a produção de saberes e disciplinas escolares conferiam ao professor primário da Corte uma certa autonomia em relação aos regulamentos e as normas oficiais da Inspeção de instrução pública, criando condições para a existência de diversas culturas escolares.

Em 1883, Antonio Estevão foi convidado pelo governo imperial para escrever um parecer sobre educação física nas escolas, a ser apresentado no *Congresso da Instrução do*

Rio de Janeiro que, por falta de verba não se realizou, apesar de envolver representantes de várias entidades. (Relatório do Ministro do Império, 1884, p. 54)

Este tema já mobilizara Costa e Cunha que, anteriormente, junto com outros professores públicos havia participado de uma comissão para discutir o programa do Capitão Ataliba Manoel Fernandes para criar e regularizar o ensino de ginástica nas escolas públicas para meninos da Corte⁴⁰.

Embora reconhecendo a vantagem do ensino, a maioria dos docentes se manifestou contrária ao projeto. No entanto, criticaram a exclusão das meninas, alegando que elas têm mais necessidade de exercícios para desenvolver a força muscular, pois assim se formariam “mães de família robustas e bem educadas o que levaria à diminuição do grande número de enfermidades que tanto concorrem para nosso atraso e que se transmitem de geração em geração”.⁴¹

Dez anos depois, em seu parecer, Costa e Cunha retoma o assunto, frisando sua importância:

É da mulher brasileira, ó meus compatriotas, que há de prover ou a nossa força ou a nossa fraqueza. Para appôr uma barreira a esta, só há o meio da educação physica da mulher infante: organizemos, pois, quanto antes, o programma dessa educação e exijamos o estricto cumprimento delle.(COSTA E CUNHA, p.14, 1884)

E conclui reconhecendo grande utilidade na educação física para meninas: “diminuir o número de moças rachiticas, chloroticas, fragilimas que constituem boa parte da população feminina da capital do Império”.(COSTA E CUNHA, p.14, 1884)

Outro fator que notabilizou o percurso profissional de Costa e Cunha foi seu empenho em aplicar e divulgar um novo método de ensino e aprendizagem da leitura, considerado por ele “genuinamente nacional”, para os alunos das escolas públicas primárias da Corte.⁴² Era o *Método Bacadafá*, de autoria do professor Antonio Pinheiro de Aguiar, que visava reorganizar o ensino e enfrentar as dificuldades dos alunos na aprendizagem das primeiras letras. Segundo seus defensores, tratava-se de uma proposta nacional que utilizava um método verdadeiramente brasileiro. (SCHUELER, 2002, p.112)

Considerações finais:

A título de conclusões preliminares, esta pesquisa indica algumas possibilidades de investigação acerca da experiência pessoal e profissional de professores primários na Corte imperial, da mesma forma que as obras de Antonio Estevão da Costa e Cunha constituem material privilegiado para uma análise dos processos de escolarização e das culturas escolares, nas últimas décadas do século XIX. Assim, de acordo com Edoardo Grendi (1998),

A escolha essencial de uma escala de observação se baseia na convicção central de que ela oferece a possibilidade de enriquecer as significações dos processos históricos por meio de uma renovação radical das categorias interpretativas e de sua verificação experimental. (p.262)

Partindo das contribuições da micro-história, que retoma a atuação dos sujeitos históricos para a análise de processos sociais, este trabalho pretende contribuir para a história da profissão docente na cidade do Rio de Janeiro, a partir de elementos que possam iluminar a

trajetória desse professor, sua produção intelectual e os saberes pedagógicos instituídos, bem como as redes de sociabilidade que construiu e por onde circulou.

Notas:

¹ Conforme certidão de batismo de 26/02/1840, da Freguesia de São José, Livro AP-009, fls 489 V, localizada no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

² Antes de se tornar professor, Antonio Estevão foi inspetor de quarteirão no 2º distrito de Sant'Anna, enquanto seu pai Antonio Severino da Costa foi, por vários anos, funcionário da Santa Casa de Misericórdia, atuando como administrador do Cemitério do Caju. (LAEMMERT)

³ Eudóxia lecionou na 1ª cadeira da Freguesia de Jacarepaguá, na 3ª cadeira de São Cristóvão e na 3ª cadeira da Freguesia de São José, enquanto seu irmão Jorge, após três anos como adjunto, assumiu a 3ª cadeira de Jacarepaguá.

⁴ Sobre a trajetória da professora pública primária Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, conferir CHAMON, 2005.

⁵ Segundo informação de próprio punho, em ofício ao Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, localizado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Cód. 11.3.35, fl. 6, de 10/10/1871.

⁶ Sociedade fundada em 29 de julho de 1858, cujo presidente era Eduardo Júlio Janvrot, farmacêutico de origem francesa, diplomado em 1854 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

⁷ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Laemmert, 1875.

⁸ *Gazeta de Notícias*, 4/7/1877

⁹ Decreto nº 6.379 de 30/11/1876, autorizada pela Lei nº 2.670 de 20/10/1875. Apesar da premência sugerida, a Escola Normal só seria efetivada em 1880.

¹⁰ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Cód. 11.2.21, fl. 175, de 1867.

¹¹ Construídos na década de 1870, com recursos do governo imperial, da Câmara Municipal e de Associações, esses modernos edifícios escolares destinavam-se exclusivamente ao ensino público primário, com a capacidade de receber cerca de 600 crianças cada um. Reunindo as escolas isoladas que funcionavam nas freguesias urbanas, inauguraram o processo de transformação das antigas casas de escola, misto de moradia dos mestres e estabelecimento de instrução pública elementar, em espaços exclusivamente públicos. (SCHUELER, 2002, p.30)

¹² Publicado de 1872-1876 e de 1879-1889 e redigido por um grupo de professores públicos primários da Corte, destinava-se à discussão pública das temáticas e dos problemas educacionais e escolares, constando como colaboradores, dentre outros, o Conselheiro Liberato Barroso e o Dr. Abílio Borges.

¹³ “O ensino oficial e o diretor da escola normal da Província do Rio de Janeiro”. Antonio Estevão da Costa e Cunha. *A Instrução Publica*. Ano I, nº14, 14/07/1872, p.108.

¹⁴ “O ensino primário e seus métodos”. Antonio Estevão da Costa e Cunha. *Instrução Publica*. Ano I, nº 7, 26/05/1872, p.50.

¹⁵ Idem, 1872.

¹⁶ *A Escola*. Vol.2, p. 258, 1877.

¹⁷ Seu editor era o Dr. José Carlos de Alambary Luz, diretor da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro.

¹⁸ Sobre o assunto, conferir LEMOS, 2006, cap.4.

¹⁹ *Instrução Nacional*. Rio de Janeiro: Typografia de Quirino, 1873.

²⁰ Previstas pela Reforma Couto Ferraz, no Regulamento de 1854, as Conferências Pedagógicas tardaram a se realizar, a primeira delas só acontecendo em 1873. Criadas por iniciativa do Governo Imperial, buscando promover o aperfeiçoamento dos professores pelos debates realizados, e assim, por meio desses encontros, conseguir uma melhora na qualidade do ensino. Sobre o tema ver BORGES (2004).

²¹ *A Verdadeira Instrução Publica*. Rio de Janeiro, 1873.

²² *A Escola*. Vol.2, p. 155, 1877.

²³ Sobre a constituição do mercado editorial de livros didáticos, conferir Heloisa Villela (2006).

²⁴ Segundo documentação localizada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o professor Antonio Estevão oferece para ser adotado nas escolas públicas um outro livro seu intitulado: “Exposição do sistema métrico decimal”. Entretanto, não foi possível saber se esta obra foi ou não impressa. Série Instrução Pública, Códice 11.3.34, 1871, p.99.

²⁵ Conforme ofício do Barão de São Felix, Inspetor Geral, esta obra foi adotada para as escolas primárias. AGCRJ, Códice 11.4.21, p. 145, 1877.

²⁶Seleção de textos de autores adotados pelo programa da Inspeção Geral da Instrução Pública, para os exames de preparatórios nas provas orais e escritas de Português e nas versões de Latim, Francês e Inglês na Corte e províncias do Império.

²⁷No momento da publicação do Dicionário Sacramento Blake, estava para sair o *Terceiro Livro*, “constando do desenvolvimento das noções contidas no segundo livro e outras relativas à historia e geographia geral e pátria, physica, meteorologia, chimica, etc.” (BLAKE, vol. VI, p. 156-438).

²⁸Publicada anteriormente no Jornal do Comércio, 1883, nos nº 73, 75, 80, 82, 83 e 84.

²⁹*Arquivo Nacional*, Série Educação – IE 5 (26), (AV 1-2 1881).

³⁰Diário do Rio de Janeiro, 16/09/1877.

³¹*A Escola*. Vol.2, p. 91-92, 1877.

³²*A Escola*. Vol.2, p. 122, 1877.

³³*A Escola*. Vol.2, p. 148, 1877.

³⁴*Gazeta de Notícias*, 4/9/1877.

³⁵*A Escola*. Vol.2, p. 153, 1877.

³⁶Aviso do Ministério do Império de 22/08/1877, comunicando a resposta de S. A. Regente Princesa Isabel ao requerimento de Antonio Estevão da Costa e Cunha. AGCRJ, Códice 11. 4. 30, p. 50-52.

³⁷Foi também concedida ao professor público José Joaquim de Amorim Carvalho, da 3ª escola da freguesia da Glória, como publicado pela *A Escola*, vol.2, p. 43, 1877.

³⁸Há o registro de que Antonio Estevão da Costa e Cunha tenha recebido a comenda de Cavaleiro da Ordem da Rosa, concedida pelo governo imperial, entretanto não foi possível confirmar esse dado.

³⁹Ofício do dia 17/07/1878. AGCRJ, Códice 11. 4. 30, p. 50-52.

⁴⁰Além do professor Costa e Cunha, formavam a comissão os professores Manuel Frazão e João Rodrigues Jordão.

⁴¹AGCRJ, Códice 11. 4. 14, p. 20-46, 1873.

⁴²AGCRJ, Códice 11. 3. 28, 1871. Antonio Estevão da Costa e Cunha foi nomeado pelo governo para avaliar e emitir parecer sobre o *Método Bacadafá*.

Referências Bibliográficas:

Actas e Pareceres do Congresso da Instrução do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Laemmert, 1844-1891.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil, (1500-1889) – História e legislação*. Tradução de Antonio Chizzotti. São Paulo:EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC,1989.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883-1902, 7 v.

BORGES, Angélica. “Conhecer e controlar: uma reflexão acerca das Conferências Pedagógicas na Corte Imperial”. In: *Congresso Luso-Brasileiro em História da Educação*. Évora: Artipol, 2004. Livro de Resumos.

CHAMON, Carla Simone. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869-1913)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação/UFMG: Belo Horizonte, 2005.

_____. "O preparo da mestra": Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e a profissão docente. In: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; PASSOS, Mauro. (orgs.) *A escola e seus atores*. Educação e profissão docente. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

COSTA E CUNHA, Antonio Estevam da. *Novo methodo theorico-pratico de analyse syntatica*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, 1876.

_____. *Manual do Examinando de português - repertorio philologico grammatical e litterario da língua materna*. Paris: Typographia Pillet e Demoulin, 1883.

_____. "Parecer sobre a educação physica nos jardins de infancia, nas escolas primarias e nos collegios" (8ª questão). In: *Actas e Pareceres do Congresso da Instrucção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

GRENDI, Edoardo. "Repensar a micro-história?". In: REVEL, Jacques (org) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

LEMONS, Daniel C. *O discurso da ordem: a contribuição do campo docente na Corte Imperial*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social". In: REVEL, Jacques (org) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

SCHUELER, Alessandra. *Formas e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1890)*. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

_____. *Representações da docência na imprensa pedagógica na Corte imperial (1870-1889): o exemplo da Instrução Pública*. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.31, n° 3, set/dez 2005.

VILLELA, Heloisa. "A constituição do autor: Felisberto de Carvalho, o *Tratado de Methodologia* e o mercado editorial de livros didáticos no século XIX". In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia: UCG, 2006. Arquivo disponível em CD-ROM.

Fontes Impressas

Coleção de Leis e Decretos do Brasil.

Relatórios apresentados pelos Ministros dos Negócios do Império à Assembléia Geral. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, anos indicados.

Relatório da Escola de Humanidades e Ciências Farmacêuticas apresentado ao Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro por Eduardo Júlio Janvrot em 1874. Rio de Janeiro: Typ. Academica, 1875.

Instruções para a Escola Normal do Município da Corte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874. Disponível na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Periódicos

A Escola - Revista Brasileira de Educação e Ensino. Rio de Janeiro: Serafim Alves Editor, 1877/ 1878. Versão microfilmada disponível na Biblioteca Nacional.

A Instrução Publica. Rio de Janeiro: Typografia Cinco de março, 1872 – 1888. Versão microfilmada disponível na Biblioteca Nacional.

A Verdadeira Instrução Pública, anos indicados, versão microfilmada disponível na Biblioteca Nacional.

Instrução Nacional. Rio de Janeiro: Typografia de Quirino, 1873. Versão microfilmada disponível na Biblioteca Nacional.

Diario do Rio de Janeiro, anos indicados, versão microfilmada disponível na Biblioteca Nacional.

Gazeta de Notícias, anos indicados, versão microfilmada disponível na Biblioteca Nacional.

Jornal do Commercio, anos indicados, versão microfilmada disponível na Biblioteca Nacional.

Tribuna Pharmacêutica, 1874-1878.